

11. Concurso Público: CPE.12.23. DMOSM - empreitada de “Repavimentação dos quarteirões residenciais da Quinta dos Congregados, S. Victor – 1.ª fase” - Ratificação da aprovação da abertura do procedimento.

Submete-se, para ratificação do Executivo Municipal, a decisão do Sr. Presidente, de 14/07/2023, relativa à aprovação de abertura de procedimento de Concurso Público da Empreitada de “Repavimentação dos quarteirões residenciais da Quinta dos Congregados, S. Victor – 1.ª fase” (CPE.12.23. DMOSM), tudo de acordo e nos termos da informação técnica contante do processo.

PROPOSTA DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO DE FORMAÇÃO DE CONTRATO POR CONCURSO PÚBLICO.

Entidade adjudicante: Município de Braga, em conformidade com a alínea c) do n.º 1 do artigo 2.º do CCP.

Procedimento de formação de contrato de empreitada de obras públicas, por Concurso Público, em conformidade com a alínea b) do artigo 19.º; n.º 1 do artigo 36.º, artigo 38.º, e artigos 130.º a 148.º, todos do Código dos Contratos Públicos (CCP).

Plataforma eletrónica: www.acingov.com

CONCURSO PÚBLICO N.º CPE.12.23.DMOSM

Contratação: Empreitada de "REPAVIMENTAÇÃO DOS QUARTEIRÕES RESIDENCIAIS DA QUINTA DOS CONGREGADOS, S.VICTOR – 1.ª FASE".		
Vocabulário CPV: 45233251-3 Renovação de pavimentos	Prazo máximo de execução: 120 dias	Preço Base: €768.811,69

I. INTRODUÇÃO:

A abertura do presente procedimento refere-se à realização da empreitada supramencionada, cujo projeto de execução da obra apresentado corresponde aos objetivos e expectativa da Câmara, conforme informação técnica anexa, que a seguir se transcreve:

“1. Descrição sumária do projeto/intervenção:

1.1. Enquadramento geral:

O presente projeto incide sobre uma das zonas mais densamente urbanizadas da cidade, nas componentes planimétrica, volumetria e de cérceas, resultante da materialização das operações urbanísticas com alvarás de loteamento datados de 1990 e 1991, que vieram a redundar no edificado atualmente existente.

O projeto “Repavimentação dos Quarteirões Residenciais da Quinta dos Congregados, S. Victor – 1.ª Fase” visa uma intervenção fundamentalmente sobre os pavimentos rodoviários que, genericamente, se apresentam bastante degradados. Cumulativamente, a intervenção abrange a eliminação de barreiras arquitetónicas existentes, de modo a ser assegurado um espaço pedonal mais livre, confortável e inclusivo, isto é, preparado para que as pessoas de mobilidade reduzida possam percorrer o espaço público sem limitações.

1.2. Descrição do projeto:

O projeto consiste numa intervenção que integra a Rua Fernando Oliveira Guimarães, a Av. Antero de Quental da sua interceção com a anterior e até à interceção com a Rua Luís Soares Barbosa a norte, a Rua Dr. Aníbal Araújo Esmoriz e a Rua Luís Soares Barbosa, abrangendo uma área total de intervenção de 12.480,19m².

Do levantamento efetuado, constatou-se uma série de situações que importava corrigir, rever e a executar dentro da filosofia inicial da intervenção. Neste diagnóstico, constatou-se que os pavimentos rodoviários, fruto de fatores de ordem construtiva, estrutural, climatéricos e de elevada utilização, apresentavam uma acentuada degradação e que necessitam de uma intervenção urgente e profunda.

Item também de suma importância é a garantia possível das condições de acessibilidade a pessoas com mobilidade condicionada, verificando-se que grande parte dos passeios as não asseguram. Constatase ainda a inexistência de pavimentos direcionais e podotáteis nas aproximações aos atravessamentos das vias. Por último, pode-se verificar que o estacionamento apresenta amplas zonas sem qualquer organização e definição na Rua Luís Soares Barbosa e na Rua Aníbal Araújo Esmoriz, com estacionamento intensivo, mas não autorizado.

Assim, com base nestas premissas, foi delineado um plano de intervenção, principalmente para os pavimentos rodoviários, com alargamento cirúrgico aos passeios envolventes, visando dota-los de condições de acessibilidade em conformidade com o respetivo cumprimento dos imperativos legais e a organização do estacionamento, este último essencialmente na Rua Luís Soares Barbosa.

Nestes princípios orientadores, está prevista a remoção da totalidade da estrutura dos pavimentos rodoviários para posterior execução de nova estratificação, propondo-se a execução de algumas novas concordâncias entre arruamentos, a sobrelevação de três cruzamentos, o reperfilamento de alguns alinhamentos, a dotação de pavimentos direcionais e podotáteis em todas as passadeiras com o rebaixamento dos passeios em seis delas.

Por fim, o ordenamento do estacionamento público, tão importante nestas áreas multifuncionais, mas com uma grande prevalência da habitação, visa assegurar a legalidade, as melhores condições físicas exequíveis e, sempre que possível, o aumento do número de lugares de estacionamento público.

1.3. Descrição das intervenções:

O projeto prevê as seguintes intervenções:

1.3.1. Pavimentos Rodoviários:

Relativamente aos pavimentos rodoviários importa referir que a intervenção visa retirar a totalidade da estrutura existente e a colocação de nova estratificação, na grande parte da área de intervenção, mantendo genericamente as cotas topográficas existentes com as devidas adaptações.

A remoção do existente será executada por forma a que as guias de betão permaneçam estabilizadas, sendo removidas as identificadas nas diversas peças

desenhadas. A substituição das guias será garantida por outras também de betão, quer seja lancil normal ou em rampa, dependendo da função a desempenhar.

1.3.2. Trânsito:

A presente intervenção prevê uma alteração na circulação automóvel, retirando um sentido ao tramo mais longo da Rua Luís Soares Barbosa (junto das “torres”), permitindo apenas a circulação em direção à Rua Fernando Oliveira Guimarães. Esta solução vai permitir enquadrar o estacionamento perpendicular (90°) na lateral Poente, dentro dos parâmetros de manobrabilidade definidos pelo IMTT, e retirar o estacionamento paralelo da lateral Nascente, que hoje em dia existe, mas sem qualquer ordenamento e em incumprimento da legislação em vigor. O perfil atualmente existente não permite a coexistência de estacionamento nas duas laterais e os dois sentidos de trânsito pelo que a proposta vai no sentido de definitivamente criar as condições para uma circulação clara, ordenada e com acesso ao estacionamento devido.

1.3.3. Estacionamento:

A intervenção prevê alguns acertos nas caixas de estacionamento adjacentes aos passeios, a execução de algumas caixas novas e a proposta de organização de estacionamento a 0° e 90°.

Na Rua Fernando Oliveira Guimarães, na Av. Antero de Quental e na Rua Dr. Aníbal Araújo Esmoriz as intervenções são pontuais e de redefinição.

Na Rua Luís Soares Barbosa a intervenção reveste-se de outra dimensão, uma vez que será efetuada a marcação dos lugares, atualmente inexistente. Os lugares de estacionamento serão dimensionados com a bitola mínima de 2,3m de largura e 5,0m de profundidade, cumprindo com a medida mínima definida pelo artigo 86.º do RPDM, para a subcategoria AE1.

Os espaços “mortos” e sobrantes resultantes desta geometria serão aproveitados para o estacionamento de velocípedes e trotinetas.

Estão previstos quatro novos lugares afetos exclusivamente a pessoas com mobilidade reduzida (três na R. Luís Soares Barbosa e um na Av. Antero de Quental).

Ainda relacionado com o estacionamento, mas numa outra vertente, estão previstas três faixas de operação de emergência, uma por cada “torre”, dando cumprimento ao

definido pelo artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 1532/2008, de 29 de dezembro, republicado pelo Decreto-Lei n.º 135/2020, de 02/06, com dimensão mínima de 7,0x15m.

Por último, a intervenção prevê a colocação de dissuasores de estacionamento em diversas localizações com distintas intenções. Por exemplo, na Rua Dr. Aníbal Araújo Esmoriz, visa evitar o estacionamento abusivo sobre os passeios, que acontece com frequência. No caso da Av. Antero de Quental é essencialmente para balizar um dos estacionamentos de mobilidade condicionada, garantir o funcionamento de uma das passeadeiras, condicionando a inversão de marcha ao eixo do cruzamento e por último impedir o galgamento do separador central nas zonas de sobrelevação dos cruzamentos. Na Rua Luís Soares Barbosa foram definidos balizadores/dissuasores para conter os espaços destinados a estacionamento de velocípedes e trotinetas.

1.3.4. Passeios:

Sendo a área menos intervencionada, acaba por ser a de maior dificuldade de execução, isto porque sendo cirúrgica, implica a interligação cuidada com as áreas não intervencionadas. Para além deste ponto, em alguns dos casos, existem variações morfológicas e topográficas acentuadas.

Nos cruzamentos sobrelevados os passeios terão uma diferença de cota para o pavimento rodoviário de +0,02m. O mesmo se verificará nos passeios rebaixados para acesso a passeadeiras. Esta diferença positiva dá cumprimento ao disposto nas normas técnicas sobre acessibilidades previstas no Decreto-Lei n.º 163/2006, de 08/08.

Propõe-se a uniformização do revestimento dos pavimentos em todos os atravessamentos, os quais serão executados em microcubo de calcário interposto com blocos de pavimento direcional e podotáctil. A escolha desta solução para o revestimento dos passeios acontece pela sua relativa facilidade de adaptação a variações de forma e de inclinação e por se encontrar disseminado pela área de intervenção, evitando acrescer mais um aos já existentes. Na Av. Antero de Quental está previsto a colocação de um pavimento em bloco drenante ao longo do separador central, desta forma o condutor terá sempre um “passeio” de resguardo para o qual se sai após o estacionamento nesse local, em conformidade com as premissas municipais.

A intervenção prevê, pontualmente, a execução de reparação dos passeios cuja necessidade de intervenção resulta de abatimento, desagregação ou ausência de revestimento.

1.3.5. Relocalização dos abrigos de transportes públicos na Rua Fernando Oliveira Guimarães:

Os abrigos existentes, nos locais destinados a paragem de transportes públicos, serão reposicionados parcialmente para o interior das áreas verdes adjacentes, passando a garantir-se uma faixa de passeio totalmente desimpedida para circulação pedonal. Esta nova localização tem a preocupação de interferir o mínimo possível com as árvores existentes nestes espaços, garantindo a sua permanência.

No caso da paragem norte, será criada uma pequena caixa em betão armado, onde se implantará a mesma, para fazer a contenção e suporte de terras da área verde correspondente.

Os locais de paragem de transportes públicos coletivos passam a deter uma plataforma de embarque sobrelevada, assim como pavimentos direcionais e podotáteis específicos, fatores estes que contribuirão para a melhoria das condições de acessibilidade das pessoas aos veículos de transporte públicos.

Mantendo coerência com intervenções recentes neste tipo de locais, as guias de transição com o pavimento rodoviário, serão em granito com a dimensão de 0,30m de largura por 0,50m de altura, tendo a aresta desimpedida um ligeiro chanfro.

1.3.6. Espaços Verdes:

Está prevista a execução de três novas áreas verdes de pequena dimensão.

Uma delas resulta da expansão de uma outra previamente existente na Rua Dr. Aníbal Araújo Esmoriz, que por ordem da criação de uma nova caixa de estacionamento público e de uma nova concordância de viragem, será aumentada.

A segunda área que decorre de uma reorganização do estacionamento público na lateral Poente da Av. Antero de Quental.

Um terceiro está previsto na Rua Luís Soares Barbosa, integrando-se no acréscimo de área de passeio proposta, que visa corresponder à distância legalmente exigível de salvaguarda para uma nova passadeira.

1.3.7. Contentores de Resíduos Sólidos Urbanos:

Está previsto a realocação de quatro baterias de contentores de resíduos sólidos urbanos pertencentes a AGERE, por forma a facilitar a reorganização do estacionamento público, e potenciar mais alguns lugares de estacionamento, e melhorar as condições de visibilidade na relação peão-condutor. Estas novas localizações resultam de pequenas translações das atualmente existentes.

1.3.8. Mobiliário urbano, sinalização e outros elementos instalados em espaço público:

A intervenção prevê a reformulação e/ou reposicionamento do mobiliário urbano, da sinalização e das demais infraestruturas existentes.

1.4. Síntese

Em síntese, considera-se que a concretização do presente projeto resultará num benefício da imagem urbana do local e no contributo para uma evolução nos padrões de mobilidade do local, ao promover uma melhoria no ordenamento do trânsito e no estacionamento público, permitindo a melhoria das condições de circulação automóvel e pedonal, quer pela repavimentação das vias rodoviárias quer pela melhoria e aumento do número de travessias pedonais (passadeiras), fatores que resultarão no aumento da segurança e do conforto de circulação nas vias intervencionadas, assim como resultará na potencialização da vivência do espaço público ao reforçar uma mobilidade mais inclusiva.

2. Fundamentação do preço base:

(cfr. o disposto no art.º 47 da Parte I do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29/01, na sua redação atual)

O preço base foi definido pela entidade adjudicante nos termos previstos no artigo 47º do CCP, designadamente, com recurso aos custos médios unitários resultantes de anteriores procedimentos para prestações do mesmo tipo, com a adequada atualização ou adaptação dos referidos valores unitários as atuais circunstâncias do mercado, procedendo-se ao seu ajustamento tendo em consideração:

- O volume de trabalhos a executar para cada espécie de trabalho;

- A tipologia dos trabalhos;
- As particularidades e condicionalismos locais;
- As conjeturas atuais do mercado da construção;
- A atualização dos preços unitários associados à data dos procedimentos anteriores tomados como referência para o efeito.

3. Pareceres prévios, Licenciamentos e Autorizações necessárias:

(cfr. N.º 5 do artigo 36.º da parte I do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29/01, na sua redação atual).

3.1. O presente projeto reúne a aprovação do projeto de especialidade – projeto de infraestruturas elétricas de serviço público, obrigatório e vinculativo, por parte da seguinte entidade:

- E-REDES – Distribuição de Eletricidade, S.A. – Pedido n.º 890000134100 de 05/07/2023.

3.2. O presente projeto não carece de outros licenciamentos e/ou autorizações.

4. Fundamentação da decisão de não contratação por lotes:

(cfr. artigo 46.º-A da Parte I do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29/01, na sua redação atual)

Nos termos da alínea a) do ponto 2 do artigo 46.º propõe-se a não contratação por lotes - apesar do preço contratual estimado ser superior a 500.000,00€ - pois considera-se que o objeto do contrato e a tipologia dos trabalhos a executar são técnica e funcionalmente incindíveis, ou seja, a sua separação poderia causar inconvenientes para a entidade adjudicante (Município de Braga) e para o desenvolvimento dos trabalhos. Esta fundamentação incide principalmente nos seguintes aspetos técnicos e funcionais:

- As vias incluídas na presente intervenção fazem parte de eixos rodoviários urbanos fundamentais na rede viária municipal, assegurando as ligações de uma malha urbana densamente edificada, garantindo as acessibilidades a estabelecimentos de grande e média dimensão (o Shopping Braga Parque e o Braga Retail Center), assim como

garantem as acessibilidades a um conjunto habitacional predominantemente composto de edifícios de habitação coletiva onde habitam muitas famílias;

- Tratando-se de vias urbanas com grande volume de tráfego automóvel e pedonal, o município estabeleceu uma estratégia que visa a mitigação dos condicionalismos à circulação viária e pedonal, a qual está obrigatoriamente associada a presente empreitada. Assim, estabeleceu-se um faseamento construtivo dos trabalhos de carácter vinculativo, o qual visa permitir a execução da empreitada com a maior celeridade possível e garantir as condições mínimas para o escoamento de tráfego e a segurança dos utilizadores das vias que serão intervencionadas;

- A execução deste faseamento só será possível executar no âmbito de um único contrato de empreitada, pois:

O complexo plano de sinalização provisória estará sempre, obrigatoriamente, interrelacionado entre fases, não sendo possível gerir esta questão com mais do que uma entidade executante sob pena de inoperacionalidade do mesmo;

As redes de infraestruturas, de águas pluviais e de iluminação pública, propostas terão de ser executadas, obrigatoriamente, por questões técnicas e operacionais, em contínuo, ou seja, não poderão ser repartidas/seccionadas por diferentes procedimentos”.

II. PROPOSTA DE APROVAÇÃO:

Face ao supramencionado, e dado que a entidade adjudicante não dispõe de recursos próprios adequados à realização das prestações que integram o conteúdo essencial do contrato que se pretende celebrar, submete-se à consideração superior, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 36.º do CCP, a presente proposta que visa autorizar e **aprovar a referida contratação**, propondo-se ainda o seguinte:

1. A não contratação por lotes, apesar do preço contratual estimado ser superior a €500.000,00, uma vez que as prestações a abranger pelo respetivo objeto são técnica e funcionalmente incindíveis, conforme informação anterior.

2. Peças do procedimento

Aprovação das peças do procedimento a seguir identificadas:

- i. Programa do procedimento;
- ii. Caderno de encargos;
- iii. Porque o procedimento se destina à formação de um contrato de empreitada, o caderno de encargos é integrado por um projeto de execução, conforme impõe o artigo 43.º, n.º 1 do *Código dos Contratos Públicos*.

3. Parâmetros base

Os parâmetros base compreendidos no caderno de encargos, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 42.º do Código dos Contratos Públicos, são os seguintes:

1. O preço base do procedimento será de **€768.811,69 (setecentos e sessenta e oito mil e oitocentos e onze euros e sessenta e nove cêntimos)**, ao qual acrescerá o IVA à taxa legal em vigor, significando este o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do contrato, sem prejuízo da possibilidade prevista no artigo 70.º n.º 6 do CCP, ou seja, no caso, em que todas as propostas tenham sido excluídas, o órgão competente para a decisão de contratar pode, excecionalmente e por motivos de interesse público devidamente fundamentados, adjudicar aquela que, de entre as propostas que apenas tenham sido excluídas com fundamento na alínea d) do n.º 2 (que o preço contratual seria superior ao preço base) e cujo preço não exceda em mais de 20% o montante do preço base, seja ordenada em primeiro lugar, de acordo com o critério de adjudicação, desde que:

- a) - Essa possibilidade se encontre prevista no programa do procedimento e a modalidade do critério de adjudicação seja Multifator;
- b) - O preço da proposta a adjudicar respeite os limites previstos no n.º 4 do artigo 47.º do CCP;
- c) - A decisão de autorização da despesa já habilite ou seja revista no sentido de habilitar a adjudicação por esse preço.

2. Prazo máximo de execução da empreitada: **120 dias**

4. Prazo para apresentação das propostas

Para a apresentação das propostas, será fixado o prazo de 30 dias a contar do envio para publicação do anúncio no *Diário da República*.

5. Designação do júri do procedimento

O Júri do procedimento, terá a composição a seguir indicada:

Membros efetivos:

Carlos Rodrigues (Presidente)

Valéria Borges

Rita Gonçalves

Membros suplentes:

Ana Martins

André Ruão

5.1. Que nas suas faltas e impedimentos o Presidente do júri seja substituído pelo membro efetivo: Ana Martins.

6. Gestor do contrato

A gestão do contrato, nos termos previstos no artigo 290.º-A do Código dos Contratos Públicos, que assegurará o permanente acompanhamento da sua execução, será confiada ao **Eng.º António Peixoto**, a desempenhar funções no Departamento Municipal de Obras Municipais, estrutura que, na entidade adjudicante, assegura a gestão funcional dos interesses a que o objeto do contrato visa responder.

7. Delegação de competências

Que ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 109.º do CCP, sejam delegadas no Júri ou nos serviços da Direção Municipal de Obras e Serviços Municipais (DMOSM) as seguintes competências:

- Proceder a todas as formalidades necessárias ao procedimento do concurso na plataforma eletrónica, desde o início até à respetiva conclusão;
- A classificação de documentos da proposta e respetiva desclassificação, se no decurso do procedimento deixarem de se verificar os pressupostos que determinaram a sua classificação, nos termos do art.º 66.º do CCP;

- Prestar os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento solicitados pelos interessados, conforme previsto na alínea a) do n.º 5 do artigo 50.º e artigo 116.º ambos do CCP;
- Proceder às prorrogações do prazo, nos termos do artigo 64.º do Código dos Contratos Públicos;
- Proceder às formalidades subsequentes ao relatório final ou decisão de adjudicação, tais como, subscrição dos documentos e respetivas notificações;
- Proceder ao envio de todas as notificações necessárias ao procedimento.

8. Adjudicação da empreitada

A adjudicação será efetuada segundo o critério da proposta economicamente mais vantajosa, de acordo com o regulamento de análise das propostas, definido no Anexo VI do programa de concurso, por ponderação dos fatores e subfatores que se indicam de seguida:

Fatores		Subfatores		Ponderação	
Preço			70%		100%
Valia técnica da proposta		Metodologia	50%	30%	
		Programa de trabalhos	50%		

9. Cabimento orçamental

Para os devidos efeitos, junta-se a informação de cabimento n.º 81102 de 13/07/2023.

Braga, 13 de julho de 2023
Pelos Serviços da DMOSM/DOM/UAC,